

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 156 – 20/07 à 24/07/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Preservação do emprego é foco de acordo entre Ministério Público do Trabalho e BNDES](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/07/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de promover ações conjuntas para adoção de práticas voltadas à preservação do emprego e da renda dos brasileiros. O documento, firmado nesta quinta-feira (23) pelo procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro e pelo diretor jurídico do BNDES, Saulo Puttini, também prevê a realização de estudos e debates que viabilizem a adoção de medidas de contrapartida social nas ações do BNDES.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF edita nova resolução que regula o processo eletrônico na Corte](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/07/2020

Com o objetivo de atualizar regras de tramitação processual, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, editou a [Resolução 693/2020](#), que confere novo formato ao processo judicial eletrônico no Tribunal. O objetivo da resolução é permitir que os sistemas judiciais passem a refletir os avanços tecnológicos da última década. “Estamos realizando uma profunda transformação no processo eletrônico, necessária para acompanhar a evolução tecnológica obtida pelo STF e a nova realidade digital”, afirmou Toffoli.

[Sindicato pode ajuizar ação para discutir irregularidades no repouso semanal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2020

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (MA) para ajuizar ação requerendo o pagamento de horas de repouso semanal não remuneradas pela Mateus Supermercados S.A. A legitimidade havia sido contestada pela empresa, mas o colegiado assegurou a ampla representatividade do sindicato para ajuizar a reclamação trabalhista.

[Auxiliar de serviços não consegue indenização após acordo de quitação ampla de contrato de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/07/2020

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho extinguiu o processo ajuizado por uma auxiliar de serviços de Canoas (PR) que pleiteava indenização por danos morais por doença ocupacional. Ocorre que a empregada havia, em processo anterior, celebrado acordo de plena e ampla quitação, o que inviabiliza o novo pedido de indenização.

[Empresa pagará salários a empregado considerado inapto após alta previdenciária](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/07/2020

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Geraldo Unimar Transportes Ltda., de Vitória (ES), contra decisão que a condenou ao pagamento dos salários de um motorista que, após receber alta da Previdência Social, foi considerado inapto para retornar a suas funções e não foi reintegrado. Segundo a Turma, a decisão está de acordo com a jurisprudência do TST sobre a matéria.

[Motorista de caminhão com tanque suplementar receberá adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/07/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acresceu à condenação imposta à Alecrim Transportes e Logística Ltda., de Uruguaiana (RS), o adicional de periculosidade a um motorista que dirigia caminhão com tanque suplementar de combustível. Segundo a jurisprudência do TST, a presença do segundo tanque com capacidade superior a 200 litros, ainda que o combustível seja utilizado para abastecimento do próprio veículo, gera direito à parcela.



Notícias do Executivo

[Quadro Brasileiro de Qualificações permite análise do mercado de trabalho](#)

Ministério da Economia - 24/07/2020

Em webinar promovido, nesta quinta-feira (23/7), pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi apresentado o [Quadro Brasileiro de Qualificações \(QBQ\)](#), que mapeia conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às ocupações existentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

[Projeções da Secretaria de Política Econômica indicam retomada da economia](#)

Ministério da Economia - 23/07/2020

Indicadores desagregados usados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) [apontam](#) uma retomada no crescimento econômico, manifestada a partir do final de maio e continuada ao longo de junho e julho. Além disso, foram mantidas as projeções, verificadas na grade de parâmetro de julho, para crescimento do Produto Interno (PIB) em - 4,70% para 2020.

[Trabalhador poderá receber seguro-desemprego na própria conta bancária](#)

Ministério da Economia - 23/07/2020

A partir desta sexta-feira (24/7), o trabalhador poderá solicitar o seguro-desemprego e informar dados da conta bancária de sua titularidade e preferência para receber o benefício. A nova possibilidade de pagamento abrange o seguro-desemprego nas modalidades formal, bolsa de qualificação profissional, empregado doméstico e trabalhador resgatado.

[Primeira quinzena de julho registra queda de 1,9% na comparação com 2019](#)

Ministério da Economia - 22/07/2020

Os pedidos de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal, somaram 288.845 na primeira quinzena de julho deste ano. O número representa uma queda de 4,3% na comparação com o registrado na segunda quinzena de junho (301.851) e de 1,9% em relação ao mesmo período do ano passado (294.547).

[Inspeção do Trabalho já resgatou 55 mil trabalhadores de condições análogas às de escravo](#)

Ministério da Economia - 20/07/2020

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia atualizou os dados sobre as ações de combate ao trabalho escravo no Brasil concluídas no primeiro semestre de 2020. Nesse período, mesmo diante das restrições relacionadas à pandemia da covid-19, já foram realizadas 45 ações fiscais em todo país e 231 trabalhadores foram resgatados de condições análogas às de escravo.

[Nova NR-07 promove interação do PGR com o PCMSO](#)

Fundacentro - 24/07/2020

Uma das inovações da nova NR-07 foi a interação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). É o que mostrou a [quinta live da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2020 \(Canpat\)](#), realizada em 14 de julho. O evento virtual procurou explicar a norma, por meio da visão dos profissionais que ajudaram a redigi-la, como José Tarcísio Penteado Buschinelli, médico toxicologista e servidor aposentado da Fundacentro, e Eduardo Algranti, médico pneumologista e pesquisador da instituição.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Violações trabalhistas contra pessoas com deficiência aumentam 70% em 5 anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/07/2020

A lei que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi sancionada em 6 de julho de 2015, e desde então o Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo recebeu 1.561 denúncias de violações dos direitos trabalhistas das pessoas com deficiência. Em comparação com os cinco anos anteriores, em que o MPT recebeu 882 denúncias, houve um aumento de 70% no número de denúncias após a vigência do estatuto.

[MPT recebe 26 mil recebe denúncias ligadas à Covid-19 desde o início da pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/07/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 26.311 denúncias relacionadas ao novo coronavírus (Covid-19) desde o início da pandemia. É o que aponta novo levantamento realizado pela instituição, divulgado nesta terça-feira (21). Até o dia 20 de julho, foram ajuizadas 222 ações civis públicas e firmados 78 termos de ajuste de conduta. Também foram expedidas 11.581 recomendações a autoridades do poder público e empregadores e instaurados 5.902 inquéritos civis relacionados à pandemia.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 29 anos com muitos desafios pela frente](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/07/2020

Criada para garantir a inclusão, a Lei 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, completa 29 anos neste dia 24 de julho. A lei determina a contratação de um percentual de pessoas com deficiências e reabilitados da Previdência Social nas empresas de acordo com o número de 100 ou mais funcionários. Apesar dos avanços, a Lei ainda não é cumprida por grande parte dos empregadores e há muito a se fazer para que de fato consiga incluir este segmento no mundo do trabalho.

[Nota defende direitos de pessoas com deficiência ao discordar do conteúdo de minuta de Medida Provisória do MDH](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/07/2020

O SINAIT divulga a Nota de discordância dos Auditores-Fiscais do Trabalho em relação à minuta de Medida Provisória assinada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH e apresentada ao Conselho Nacional da Juventude, que pretende reduzir as vagas de cotas destinadas às pessoas com deficiência. De acordo com a minuta de MP, essas vagas seriam divididas com o “Programa Garantia Jovem”, que prevê medidas garantidoras ao trabalho, profissionalização, educação, moradia e renda aos adolescentes e jovens egressos do sistema de acolhimento institucional. [Confira aqui](#) a Nota do SINAIT subscrita pelos Auditores-Fiscais do Trabalho que atuam na inclusão de pessoas com deficiência.

Outras Notícias

[Responsabilidade solidária abarca todos os beneficiados por trabalho doméstico](#)

Consultor Jurídico - 26/07/2020

Nos últimos anos, a jurisprudência consolidou o entendimento de que a responsabilidade solidária abarca todos aqueles que se beneficiam diretamente do trabalho prestado no âmbito da residência. Assim, é possível incluir familiares do réu no polo passivo da execução.

[Indenização baseada em salário de trabalhador é inconstitucional, diz TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2020

A fixação de indenizações de acordo com a renda do trabalhador viola o princípio da isonomia. Com esse entendimento, o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região declarou a inconstitucionalidade dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 223-G da CLT. A decisão é de 9 de julho.

[TRT-18 afasta nexos causal entre doença de trabalhador e atividade em mineradora](#)

Consultor Jurídico - 21/07/2020

Não é possível responsabilizar empresa civilmente sem que reste comprovada a existência de dano e de nexos causal ou concausal entre patologia e as funções exercidas pelo trabalhador reclamante. O entendimento é da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que negou reparação por danos morais a operador de processos que exercia sua função em uma mineradora de Goiás. A decisão foi proferida em 2 de julho.

[Lei exige convenções coletivas para manutenção de benefícios como vale-refeição](#)

Consultor Jurídico - 20/07/2020

Um veto presidencial à [Lei 14.020/20](#) — que cria o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda — tem causado dúvidas sobre benefícios trabalhistas como vale-refeição e planos de saúde. O diploma foi sancionado em 6 de julho e prevê a adoção de um conjunto de medidas para enfrentamento à crise econômica desencadeada pela epidemia de Covid-19, originalmente previstas pela MP 936, editada em 1º de abril. Segundo o dispositivo vetado, durante a epidemia, “as cláusulas das convenções coletivas ou dos acordos coletivos de trabalho vencidos ou vincendos” continuarão a integrar os contratos individuais de trabalho e “somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva”. As exceções seriam as cláusulas que dispusessem “sobre reajuste salarial e sua repercussão nas demais cláusulas de natureza econômica”.



Atos Normativos

[PORTARIA CARF N° 17.296, DE 17 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 21/07/2020 Seção I Pág. 11) - Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º e 2º do Anexo II do Regimento Interno do CARF;

[PORTARIA MS N° 1.792, DE 17 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 21/07/2020 Seção I Pág. 41) - Altera a Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios da rede pública, rede privada, universitários e quaisquer outros, em todo território nacional;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 865, DE 16 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 22/07/2020 Seção I Pág. 12) - Altera a Resolução CODEFAT n° 825, de 26 de março de 2019, que regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da Lei n° 13.667, de 17 de maio de 2018, e dá outras providências;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 866, DE 16 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 22/07/2020 Seção I Pág. 13) - Dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei n° 13.667, de 17 de maio de 2018;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 867, DE 16 DE JULHO DE 2020](#) (DOU 22/07/2020 Seção I Pág. 14) - Altera a Resolução CODEFAT n° 831, de 21 de maio de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei n° 13.667, de 17 de maio de 2018;

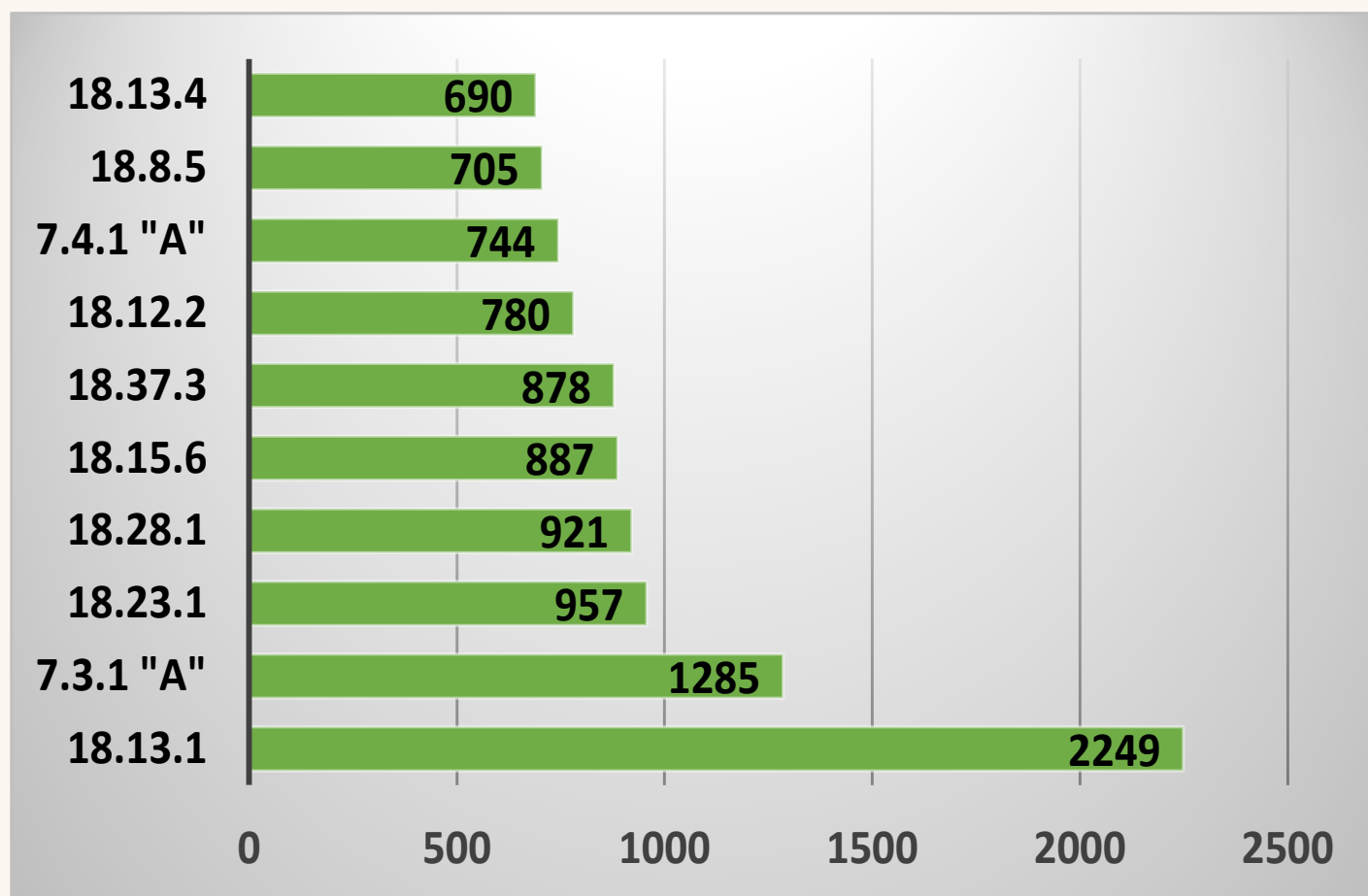
[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 868, DE 16 DE JULHO 2020](#) (DOU de 22/07/2020 Seção I Pág. 15) - Altera o Anexo da Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, que aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;

[DECRETO N.º 10.437, DE 22 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 23/07/2020 Seção I Pág. 01) - Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2018:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.23.1. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.28.1. Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.37.3. É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.12.2. As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

7.4.1. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.13.4. É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula